

UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA EM APARECIDA DE GOIÂNIA-GOIÁS: identidade e território dos quilombolas do Jardim Cascata

Fernando Bueno Oliveira¹, Maria Idelma Vieira D'Abadia²

(1- Geógrafo, CAPES/CNPq, Câmpus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas. E-mail: fernandobuenogeo@gmail.com);

(2- Docente, Câmpus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas. Anápolis-Goiás).

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa intitulada “Uma comunidade quilombola em Aparecida de Goiânia-Goiás: multiterritorialidade e território dos quilombolas do Jardim Cascata” pretende analisar, à luz das ciências sociais, a relação entre territórios e os aspectos étnico-raciais, considerando o caso específico da Comunidade Quilombola Urbana Jardim Cascata, a qual está situada na cidade de Aparecida de Goiânia-Goiás, na região metropolitana de Goiânia.

Em contato com estudos que abordam “quilombos” e “quilombolas” brasileiros verificamos que, para tais termos, existem diferentes conceitos, por isso, reconhecemos a cautela que se deve ter ao mencioná-los. Dessa forma, é importante que, no momento da escrita, algumas indagações sejam feitas, tais como: os termos “quilombos” e/ou “quilombolas” estão sendo aplicados em que contexto histórico brasileiro? Em qual lógica? Com qual intenção? São aplicados num sentido de cultura somente ou num sentido de militância/movimento social? Tais indagações foram, gradualmente, sendo (re)formuladas,

¹ Universidade Estadual de Goiás – Brasil (UNUCSEH/UEG). Mestrando do Programa de Pesquisa e Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Sociais e Humanidades: Territórios e Expressões Culturais no Cerrado – TECCER.

² Universidade Estadual de Goiás – Brasil (UNUCSEH/UEG). Doutora em Geografia (IESA/UFG - 2010). E-mail: midabadia@bol.com.br

conforme foram se corporificando as dificuldades no entendimento desses conceitos. Voltaremos a abordar esse aspecto logo adiante.

Em Goiás, algumas dissertações de mestrado e teses de doutorado tiveram como objeto de pesquisa os quilombos contemporâneos existentes em território goiano³. Alguns estudos primeiros se configuram como referenciais no entendimento da constituição de certas comunidades, tais como os de Martiniano José da Silva (1974) e os de Mari de Nasaré Baiocchi (1983; 1996).

Além deles, tivemos contato com outros estudos desenvolvidos em diferentes programas de pós-graduação do Estado de Goiás e do Distrito Federal, sobretudo, do programa do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás (IESA/UFG), com os estudos de Paula (2003), de Marinho (2008; 2013), de Almeida (2010; 2013) e de Lima (2014); do programa da Faculdade de Direito da UFG com a dissertação de mestrado de Franco (2012); e, do programa do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB), com as teses de doutoramento de Oliveira (2006) e de Marinho (2013). Parte dessas produções enfoca a relação entre as categorias identidade, subjetividades, território e territorialidade com a dinâmica dos povos Kalunga⁴ (PAULA, 2008; MARINHO, 2008, 2013; ALMEIDA, 2013; LIMA, 2014); outra parte se dedica ao estudo da desapropriação e da regularização dos territórios quilombolas (FRANCO, 2012) e às representações dos escravizados negros na sociedade goiana dos séculos XVIII e XIX. O estudo de Alex Ratts e de George Furtado (RATTS; FURTADO, 2010) pontuam a situação dos quilombos em Goiás, transcorrendo por algumas comunidades, trazendo elementos que remetem às políticas públicas direcionadas às comunidades quilombolas goianas e pontuando conflitos territoriais.

Outras literaturas contribuem para a (re)interpretações de conceitos de quilombos e a importância da afirmação identitária para a visibilidade de grupos étnicos. Destacamos os estudos de Reis e Gomes (1996), de Almeida (2000), de Barros (2009), e de O'Dwyer (2011)

³ Ao se pensar sobre territórios de quilombos, deve-se considerar as trajetórias socioespaciais dessas comunidades, considerando sempre as suas mobilidades.

⁴ As comunidades Kalunga situam-se na mesorregião Norte Goiano, entre os Vãos da Serra Geral, parte ocupada pelo vale do Rio Paranã e seus afluentes. As serras e morros dividem as comunidades em alguns núcleos principais nos três municípios (Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás): o Vão do Moleque, o Vão das Almas, o Vão da Contenda, o Ribeirão dos Bois e o Engenho II (MARINHO, 2008 *apud* LIMA, 2013, p. 3).

que versam, cada qual em sua medida, sobre a construção identitária quilombola e seus efeitos.

Numa imersão aos estudos geográficos que trilharam pelas temáticas que envolvem formações socioespaciais, diversidade, território e relações étnico-raciais perpassamos por Milton Santos (1982), Raffestin (1993), Cavalcanti (2001), Carlos (2001), Corrêa (2005; 2011), Andreilino Campos (2012) e Santos (2013), dentre outros.

Os questionamentos que norteiam a pesquisa são: Por que o bairro Jardim Cascata é considerado uma comunidade quilombola? Por que seus indivíduos se consideram quilombolas? A partir de quando a comunidade sentiu a necessidade de se organizar enquanto Associação? Por quê? Quais os alcances e limites políticos e sociais daquela Associação? Qual a representatividade das casas quilombolas a serem inauguradas?

OBJETIVOS

Conforme já mencionado, o objetivo geral da presente pesquisa é analisar, à luz das ciências sociais, a relação entre territórios e os aspectos étnico-raciais, considerando o caso específico da Comunidade Quilombola Urbana Jardim Cascata.

Os objetivos específicos são:

- _ Analisar a organização e atuação política de grupos que reivindicam o reconhecimento dos territórios que ocupam, com base nos estudos que consideram a autoatribuição de identidades étnicas como uma questão de extrema relevância nos últimos anos no Brasil;
- _ Identificar os critérios que definiram o Jardim Cascata como comunidade quilombola urbana;
- _ Conhecer os motivos que levaram que a comunidade a se organizar enquanto Associação;
- _ Interpretar quais os alcances políticos e sociais daquela Associação;
- _ Analisar, pelo viés da formação territorial, a representatividade das casas quilombolas a serem inauguradas ainda em 2015.

METODOLOGIA

Os aspectos metodológicos dessa dissertação recorre às metodologias que permitam uma aproximação maior das práticas e vivências espaço-temporais da comunidade quilombola Jardim Cascata. Atentamos para que a escolha metodológica possa estar em consonância com os objetivos propostos para a pesquisa, configurando-se numa pesquisa participante.

Os procedimentos metodológicos utilizados perpassam por levantamento e revisões bibliográficas, pesquisas de campo, seleção de fontes bibliográficas e numa maior articulação e diálogo entre os aspectos de ordem teórico-conceitual e aqueles de natureza empírica.

Os trabalhos de campo que foram realizados até o momento têm consistido em conhecer as vivências e a dinâmica cotidiana da comunidade, sem o emprego de questionários. Entretanto, com o caminhar dos trabalhos de campo, é de nossa pretensão fazer entrevistas e aplicar questionários semiestruturados.

Outro componente metodológico que é de nossa pretensão consiste no chamado Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) utilizado para se compreender determinada realidade a partir da participação dos sujeitos envolvidos na pesquisa, uma vez que estes são quem constroem os diagramas e representações acerca do espaço em que vivem. No entanto, a dimensão a ser analisada no DRP não se trata somente da espacial. Tal metodologia possibilita, ainda, que se entendam questões relacionadas a tempo, fluxos e relações (FARIA; FERREIRA NETO, 2006). Essas dimensões são apreendidas através das principais ferramentas do DRP que são: o Mapa Falado (dimensão espacial), o Calendário Sazonal (dimensão temporal), o Diagrama de Fluxo (dimensão de fluxo e relações), o Diagrama de Venn (dimensão de relações) e a Matriz Comparativa (dimensão de relações).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para Alfredo Wagner Berno de Almeida, há a necessidade de uma reinterpretação crítica do conceito de quilombo, que deve perpassar pela noção de novas solidariedades, pelas construções conjuntas que se baseiam em formas de resistência e que se consolidaram historicamente e, ainda, pelo advento de uma existência coletiva capaz de se impor às estruturas de poder que regem a vida social. Ora, as relações sociais são dinâmicas e o “quilombo”, hoje, deve ser entendido como um lugar de recriações; ele não é o lugar do isolamento, onde, necessariamente, estão os agentes sociais que tem uma mesma origem ou



*Interdisciplinaridade e currículo:
uma construção coletiva*



um “passado comum”, mas o local de relações coletivas em prol de mudanças e conquistas sociais (ALMEIDA, 2000). No nosso entender, trata-se de um movimento social, rural e urbano, que não nega o passado de escravidão da população negra no Brasil e que “aparece”, notadamente, com a publicação do Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição da República de 1988⁵.

Para Eliane Cantarino O’Dwyer (O’DWYER, 2011), “no Brasil, a autoatribuição de identidades étnicas tem se tornado uma questão importante nos últimos anos, por meio da organização política de grupos que reivindicam o reconhecimento dos territórios que ocupam” (p.111). As contínuas (des)construções identitárias, ainda mais considerando os aspectos da pós-modernidade (HALL, 2000), produzem identidades que podem ser contestadas politicamente.

Entretanto, apesar dessa variedade de situações um dos elementos que os fazem acionarem o dado étnico como de pertencimento é o critério político organizativo. O “étnico não está circunscrito a uma língua comum, a uma ancestralidade, a uma origem comum e sim a uma forma de mobilização que expressam formas de agrupamento político em torno de elementos comuns” (MARIN & ALMEIDA, 2006, p. 06). Além disso, os movimentos sociais estão trabalhando os quilombos como categoria ressemantizada, acionada contemporaneamente para garantir direitos ancestrais, afirmada não em função de uma invenção e sim de uma percepção de suas especificidades. A identidade quilombola perpassa então pela construção coletiva de um território e pela defesa deste território frente a outros grupos ou frente ao Estado, quando este tenta impor outras formas de apropriação e uso do espaço, onde o poder de decisão é retirado do grupo.

Na análise dos territórios urbanos de quilombolas, foi em Raffestin (1993, p. 144) que encontramos o aporte necessário para abarcarmos o espaço do qual os grupos étnicos se apropriam “concreta ou abstratamente pela representação”. Nas expressões adequadas desse

⁵ Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 1988).

autor, trata-se de “um território visto e/ou vivido”, “um local de relações” e, enfim, “o espaço que se tornou uma relação social de comunicação” (RAFFESTIN, 1993, p. 144-147).

Estudos voltados ao espaço urbano permitem uma transitoriedade sobre noções de espaço vivido e de reprodução das relações sociais numa perspectiva em que se possam ser revelados “as práticas sociais dos diferentes grupos que nele produzem, circulam, consomem, lutam, enfim, vivem e fazem a vida caminhar” (CORRÊA, 2005, p.32). É na cidade que se configuram as relações sociais (CAVALCANTI, 2001), que se fragmenta a sociedade por meio de aspectos sociais, culturais, raciais e de gênero, portanto, a nossa pesquisa não pode se ausentar do espaço urbano para focar contradições, espacialidades vividas diferenciadas por quilombolas que se apropriam do território.

É nesse campo de discussão que se situa a comunidade pesquisada. Na realidade, podemos afirmar que a chegada da família Francisco [família da líder comunitária], trouxe novas dimensões identitárias ao Jardim Cascata haja vista que a sua autoatribuição de quilombolas trouxe a possibilidade do reconhecimento oficial daquela comunidade pela Fundação Cultural Palmares (FCP) em 12 de fevereiro de 2007. Para a comunidade, a escolha de “ser” ou de “tornar-se” quilombola, além de demonstrar a lógica que permeia as ações reivindicativas dos integrantes de uma associação quilombola, permite uma maneira de pensar seu território como algo constituído por sujeitos que possuem trajetórias “semelhantes”, que não seja somente a ancestralidade africana. As identidades dos quilombolas do Jardim Cascata se aproximam em certos pontos, principalmente naquele que se dizem “sujeitos de direito”.

Antes, porém, de sua certificação pela FCP, e com a necessidade de “desenvolver programas e projetos voltados à raça negra e afrodescendentes” (constante na Ata de Fundação da AQUJC), e, talvez, como estratégia para que houvesse o reconhecimento pela FCP, o grupo decidiu pela criação da Associação Quilombola Urbana Jardim Cascata (AQUJC) oficializada em 21 de maio de 2006, com vistas a “solucionar e/ou amenizar os problemas socioeconômicos e as desigualdades” (constante na Ata de Fundação da AQUJC).

A AQUJC tem, em certa medida, adquirido visibilidade frente à atual gestão municipal e, inclusive, à nacional: por intermédio da articulação política, efetivada, principalmente por parte da liderança do grupo, setenta e três famílias de associados receberão, ainda esse ano, (a Caixa Econômica Federal prevê a entrega em outubro de 2015) casas advindas de políticas de habitação para famílias quilombolas [vide programa do Ministério das Cidades]. Essas casas foram edificadas em território específico na Vila Delfiori [bairro vizinho do Jardim Cascata], em Aparecida de Goiânia-Goiás. Conforme dito, mediante tal acontecimento, setenta e três famílias quilombolas conviverão num mesmo território,



II CONGRESSO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UEG

20 a 22 de Outubro de 2015
Local: Câmpus – Pirenópolis

Interdisciplinaridade e currículo:
uma construção coletiva

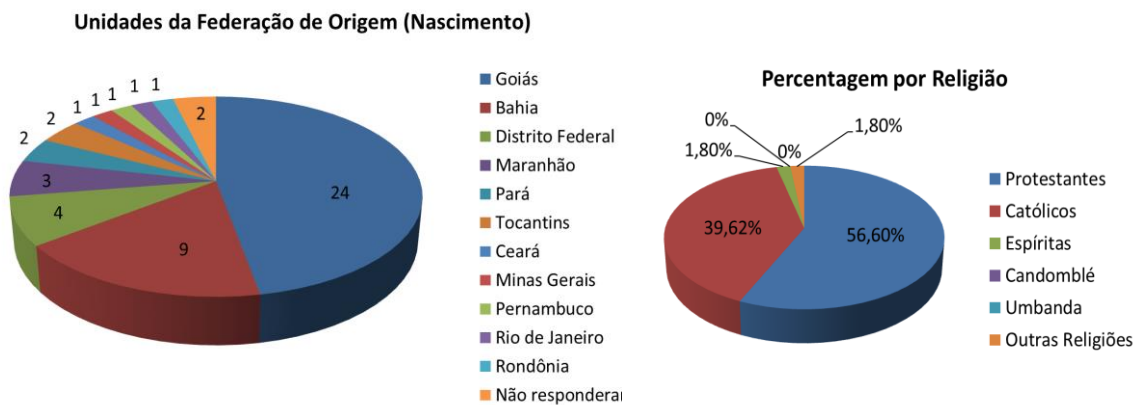


constituindo um lugar e, talvez, consolidando uma identidade territorial (os futuros estudos poderão nos indicar). Esse território é denominado de “Quilombo II” pela AQUJC.

Quadro 1: Foto das casas quilombolas – “Quilombo II”

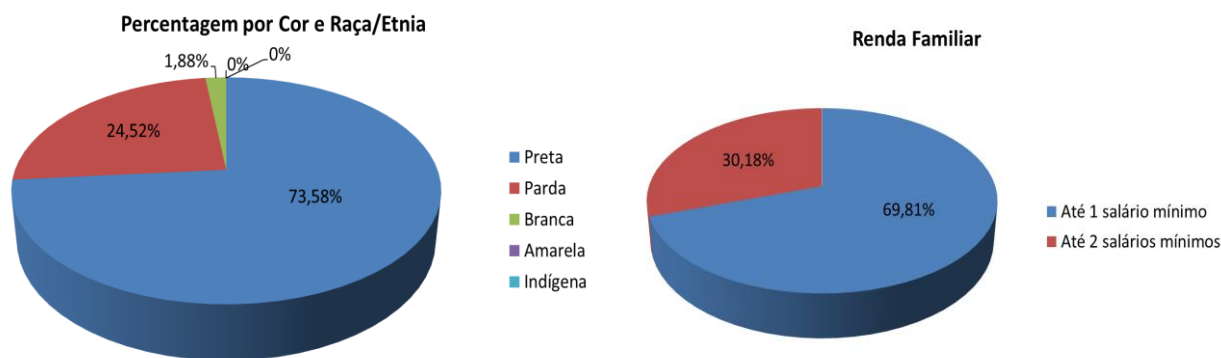


O estudo etnográfico inicial da comunidade já nos permitiu traçarmos, inclusive, o seu perfil social: esses dados nos ajudam a compreender a realidade do grupo (origem, religião, cor e raça/etnia, renda familiar). Inicialmente, aplicamos o questionário somente aos representantes das famílias que residirão no “quilombo II” [conseguimos, até o momento, aplicar à maioria deles: cinquenta e três]. As perguntas foram elaboradas de forma que as respostas sempre tivessem como base a família do pretendo morador. Em poucos casos, pela ausência familiar, o entrevistado respondeu por si só. Tais dados foram expressos em gráficos, os quais demonstraremos a seguir:



Pirenópolis – Goiás – Brasil

20 a 22 de outubro de 2015



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falar de comunidades quilombolas atuais não é tecer considerações descompromissadas com a realidade desse grupo social: é evidenciar, dentre outros sentidos, a trajetória de formação e de resistência de grupos etnicamente diferenciados, os quais, enquanto comunidades assumem uma postura de afirmação perante uma sociedade ainda fortemente marcada por diferentes práticas discriminatórias.

Teóricos que tratam sobre as trajetórias de espaços negros brasileiros e a constituição de quilombos urbanos no ajudam a compreender que certos espaços que constituem as cidades brasileiras podem ser compostos por elementos advindos de um histórico africano no Brasil, ou seja, são áreas racial e etnicamente diferenciadas. Nesse caso, a apropriação do espaço se dá a partir de uma historicidade diferenciada e de uma dinâmica social que pode ser caracterizada pelos estudos de etnicidade.

As leituras até aqui realizadas têm nos proporcionado a gradual construção de conceitos e contribuído decisivamente para o alcance do entendimento acerca de territorialidade, de formações de espaços/territórios negros e de quilombos urbanos. Tal aprendizado teórico dará alicerce à interpretação do universo sociocultural observado.

Considerando que a nossa pesquisa ainda se encontra em fase de execução, somos cientes de que novas informações serão apreendidas, principalmente ao longo das pesquisas de campo que vêm sendo realizadas. A complementação da estrutura deste estudo se desenvolveu, também, no decorrer das aulas do Programa de Pesquisa e Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Sociais e Humanidades: Territórios e Expressões Culturais no Cerrado – TECCER, da Universidade Estadual de Goiás (UEG).

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a CAPES/CNPq pela concessão da bolsa de pesquisa; à Universidade Estadual de Goiás (UEG) que, como instituição promotora de cursos de pós-graduação, tem contribuído para a realização de sonhos [o alcance do título de mestrado]; ao Programa de Mestrado em Territórios e Expressões Culturais de Cerrado (TECCER/UEG) pelo suporte técnico e pedagógico; aos nossos colegas professores e mestrandos que contribuem com novas ideias e novas indicações de leituras; e, aos nossos familiares pelo apoio psicológico e emocional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. B. de. Os quilombos e as novas etnias. In: O'Dwyer EC; Silva EP (orgs.). **Quilombos no Brasil**. Brasília; Fundação Cultural Palmares, 2000, pp. 163-182.

ALMEIDA, M. G. de. Territórios de quilombolas: pelos vãos e serras dos Kalunga de Goiás – Patrimônio e biodiversidade de sujeitos do cerrado. In: **Cerrado do nordeste goiano**. v.4,n.1,p.36-63, jan./fev. 2010.

_____; MOREIRA, J. de F. R. Roteiros e dramas: a identidade territorial dos Kalunga que vivem “entre territórios”. In: **Revista Territorial**, Goiás, v-2, n. 2, 2013. pp. 28-42.

_____; LIMA, L. N. M. de. Território, lugar e identidade territorial dos Kalunga em Goiás: uma leitura do mundo vivido das comunidades. In: **As representações culturais no espaço: perspectivas contemporâneas em Geografia – V NEER**. 2013. 18p. Disponível em: <http://www.geografia.ufmt.br/neer>. Acesso em: 02/10/2014.

BARROS, J.D´A. **A construção social da cor: diferença e desigualdade na formação da sociedade brasileira**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, 244p.

BRASIL, 1988. **Constituição Federal**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/acesso-a-informacao/legislacao/segurancaalimentar/leis/1988/Lei.P20.P20Os.P20Quilombolas.P20na.P20Constituicao.P20Federal.P20de.P201988.pdf.pagespeed.ce.HyAQRTEBv8.pdf>. Acesso em: 23/07/2015.

CAMPOS, A. **Do quilombo à favela: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro**. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, 208 p.

CARLOS, A.F.A. **Espaço-tempo na metrópole**: a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001, 368p.

CAVALCANTI, L.S. Uma geografia da cidade - Elementos da produção do espaço urbano. In: _____. (org.). **Geografia da Cidade**: a produção do espaço urbano de Goiânia. Goiânia: Alternativa, 2001, 218 p.

CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO IE; GOMES, PCC; CORRÊA RL. **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, pp. 15-48.

_____. A geografia cultural e o urbano. In: CORRÊA RL. & ROSENDALH Z. (Orgs). **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011, pp. 85-104.

Hall, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 4.ed. Rio de Janeiro, DP&A, 2000, 102p.

MARIN, R.A.; ALMEIDA, A.W.B. de. **Populações tradicionais**: questões de terra na Pan-Amazônia. Belém, Associação de Universidades Amazônicas, 2006, 136 p.

MARINHO, T. A. **Identidade e Territorialidade entre os Kalunga do Vão do Moleque**. 2008. 208f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia - Universidade Federal de Goiás - UFG, Goiânia-GO, 2008.

_____. **Subjetividade, identidade e as redes de consumo Kalunga**. 2013. 419f. Tese (Doutorado) – Departamento de Sociologia – Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2013.

O'DWYER, E.C. Etnicidade e direitos territoriais no Brasil contemporâneo. In: **Iberoamericana**, XI, 42. América Latina, Espanha, Portugal, 2011, pp. 111-126.

OLIVEIRA, E. C. de. **As representações do medo e das catástrofes em Goiás**. 2006. 359f. Tese (Doutorado) – Departamento de Sociologia – Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2006.

PAULA, M. V. de. **Kalunga**: mito do isolamento diante da mobilidade espacial. 2003. 200f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais – Universidade Federal de Goiás – UFG, Goiânia, 2003.

REIS, J.J.; GOMES, F. dos S. G. (Orgs.). **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, 505p.

SANTOS, R.E. dos (Org.) **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais**: o negro na geografia do Brasil. 3. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, 213p.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993, 214pp. [1.ed. francesa:1980].

_____. & FURTADO, G. Observações sobre a situação dos quilombos em Goiás. In: ALMEIDA, A.W.B. de. (orgs. et al) **Cadernos de debates nova cartografia social**: territórios quilombolas e conflitos. Manaus: UEA Edições, 2010, pp. 236-242.